

David contra Golias

A Periculosidade da Alteridade e a Aquiescência ao Intolerável

Julia Nogueira¹

Resumo

O artigo em questão busca analisar o processo através do qual a identidade nacional israelense é afirmada em movimento concomitante à sua alteridade e os corolários desta dualidade. Argumenta-se que, de forma a se afirmar como identidade e nação estável e, portanto, legítima à região, Israel precisa de uma alteridade dita inferior. Os palestinos, nesta dicotomia “eu” e “outro”, são construídos como pertencentes à ala desumana e bárbara. Por meio de discursos de líderes políticos, sociais e pelas mais diversas representações culturais, a alteridade é representada como constitutiva de ameaça existencial ao Estado de Israel e seus cidadãos. Infere-se que, de forma a sustentar a existência unitária e homogênea do Estado de Israel, são produzidos e reproduzidos discursos de perigo nacional que são caracterizados pela designação da identidade palestina como ameaça. Lançando mão das abordagens acerca de identidade e segurança, busca-se dissecar os mecanismos através dos quais a imprescindibilidade de garantia da segurança se transmuta em violações diversas. Através desta narrativa são possibilitados instrumentos institucionalizados de controle, cerceamento e extermínio da população palestina. A *nakba* palestina acaba por não se restringir aos eventos de 1948, mas se faz presente em movimentos cotidianos de tentativa de supressão da alteridade periculosa e ameaçadora. Suscitam-se reflexões sobre como a articulação do perigo nacional e a urgência de segurança frente ao mesmo, legítima e torna ordinários processos de supressão de direitos, marginalizações e, por vezes, massacres.

Palavras-chave: Israel-Palestina; segurança; identidade; perigo; ameaça.

Abstract

This article seeks to analyze the process by which Israeli national identity is affirmed in a movement concomitant with its otherness and the corollaries of this duality. It is argued that, in order to assert itself as a stable, and therefore legitimate, identity and nation to the region, Israel needs a so-called inferior alterity. The Palestinians, in this "me" and "other" dichotomy, are built as belonging to the inhuman and barbaric wing. By means of discourses of political and social leaders and by the most diverse cultural representations, otherness is represented as constituting an existential threat to the State of Israel and its citizens. It is inferred that, in order to support the unitary and homogeneous existence of the State of Israel, discourses of national danger are produced and reproduced which are characterized by the designation of the

¹ Graduanda em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. E-mail: julianogueira13@outlook.com

Palestinian identity as a threat. Using identity and security approaches, the aim is to dissect the mechanisms through which the essential guarantee of security is transmuted into various violations. Through this narrative, institutionalized instruments of control, restraint and extermination of the Palestinian population are made possible. The Palestinian *nakba* ends up not being restricted to the events of 1948, but it is present in daily movements of an attempt to suppress the dangerous and threatening otherness. Reflections are brought on how the articulation of national danger and the urgency of security against it legitimizes and renders ordinary processes of suppression of rights, marginalization and sometimes massacres.

Keywords: Israel-Palestine; security; identity; danger; threat.

Introdução

Em maio de 2018, o Estado de Israel comemorou o seu septuagésimo ano de existência e, concomitantemente, o povo palestino relembra e revive sua grande tragédia². O conflito que tem como palco a região da Palestina tem sido exaustivamente relatado, documentado e, de certa forma, divulgado tanto em ambientes tecnocráticos e acadêmicos quanto na mídia internacional. A durabilidade da questão Israel-Palestina e a sua aparente insolubilidade, no entanto, acabaram por dispersar olhares mais atentos da comunidade internacional e limitar os acontecimentos da região a descrições que carregam em si caráter consuetudinário. É crível para uma evolução nos debates e análises sobre o conflito que movimentos reflexivos sejam formulados para além de relatos da violência e supressões, ao contrário, que a partir destes possam ser analisados os seus condicionantes, seus precedentes, e, por fim, suas condições de possibilidade.

Apenas um dia após protestos intensos na Faixa de Gaza e a retaliação considerada “totalmente desproporcional” (ONU, sd) de tropas israelenses que culminou com a morte de dezesseis manifestantes palestinos, Benjamin Netanyahu se pronunciou através de uma rede social

Parabéns aos nossos soldados por guardarem a fronteira do país e permitirem que os cidadãos israelenses celebrem o feriado (Chag) em silêncio. Israel age vigorosamente e com determinação para proteger sua soberania e a segurança de seus cidadãos (BUNCOME, 2018).

Ainda que reduzida, a declaração do primeiro-ministro israelense torna inequívoca a constatação de certos elementos às respostas, ações e políticas israelenses e que perpassam a história do país. Israel salienta ininterruptamente ameaças ditas perpétuas à sua unidade e

² Em árabe: Al-Nakba (النكبة).

soberania que tornam indispensável o aparato de segurança robusto e eficiente. Em nome do zelo à população e existência do Estado eminentemente sob perigo, toda a estrutura militar israelense é legitimada a agir até desproporcionalmente. Ações com esta necessitam de arcabouços e estruturas subjetivas que envolvem conceitos-chave como perigos nacionais, identidade, alteridade e segurança auxiliam nos contornos e entendimentos, no limite, do porquê a narrativa estatal é alastrada e vozes individuais e apátridas são silenciadas.

Jogo de representações: a suposta essencialidade das fronteiras identitárias

*Nós judeus não temos nada em comum com o 'Oriente' e damos graças a Deus por isso (Jabotinsky
apud Shlaim, 2001, p. 13)*

Atravessando os fundamentos ditos essenciais ao Estado de Israel, desde o desenho de seu projeto, *a priori*, com os movimentos sionistas, ao seu desenvolvimento político e militar como unidade estatal, *a posteriori*, a urgência de garantir a sua segurança é salientada reiteradamente. A necessidade e como de fato esta segurança é garantida no Estado de Israel perpassa diversos entendimentos como o de identidade, alteridade, segurança ontológica e as formas de reprodução da dita unidade estatal.

Delineando a alteridade e identidade

Estados-nacionais, por via de regra, se valem da existência de uma suposta identidade primária e estável para garantir sua legitimidade. Logo, a criação e manutenção do Estado de Israel foi e é permeada por discursos que reiterem sua unidade. Theodor Herzl³, por exemplo, alegou que os judeus não eram meramente um grupo religioso, mas uma verdadeira nação que apenas esperava para nascer (SHLAIM, 2001). Não obstante, esta identidade, a “nação” que molda o *being* do Estado, não é essencial, em outras palavras, não é fixa, natural ou dada por Deus. A identidade é construída na sua relação com a diferença e o contrário é verdadeiro. A construção identitária se dá na produção de fronteiras que demarquem um “dentro” e um “fora”, “eu” e “outro”, “doméstico” e “estrangeiro” (CAMPBELL, 1992). Por conseguinte, a concretização de um Estado judeu na região da Palestina e a delimitação bem-sucedida de fronteiras nacionais dependia de demarcações fronteiriças que diferenciasssem a identidade judaica daquela aos quais pertenciam os indivíduos que habitavam a região, à época identificados apenas como árabes.

³ Theodor Herzl foi um dos principais líderes do sionismo político. Urge ressaltar que o movimento possui diversas vertentes como o sionismo cultural, sionismo socialista e o sionismo revisionista.

Tal qual o sionismo fora concebido em reação ao antissemitismo e a outros movimentos nacionais excludentes europeus, este também se moldou em oposição aos “outros” palestinos (GAVIN, 2017, p. 119-121). Ainda na primeira metade do século passado, já se encontrava em uma das principais vertentes do movimento de retorno à Palestina, o sionismo revisionista⁴, esforços de diferenciação identitária para com o Oriente, em geral, e para com os nativos da região, em particular. O Oriente, na visão de Ze’ev Jabotinsky, representava passividade psicológica, estagnação social e cultural e despotismo político e, mesmo que os judeus fossem originários da região, possuíam a moralidade, cultura e espiritualidade do Ocidente. Portanto, Israel seria a implementação da civilização ocidental no Oriente.

Previamente a 1948 havia um pavilhão palestino judaico na Feira Mundial de Nova Iorque que tinham por objetivo principal apresentar ao mundo as características da nação judaica “que a distinguiam das outras nações, justificando assim sua existência soberana, e fazendo que sua contribuição para a comunidade internacional fosse única” (GELVIN, 2017, p. 176). O pavilhão fora arquitetado simulando assentamentos judaicos, as construções de muros subsequentes e enormes torres de controle que evitassem “a aproximação silenciosa de “beduínos” e “terroristas”” (GELVIN, 2017, p. 182). Nesta conjuntura começam a serem delineados como símbolos, a Palestina Judaica “como posto avançado da civilização em uma terra selvagem, e o colono sionista, com um rifle em uma mão e um arado na outra, como o herói ideal” (GELVIN, 2017, p. 182).

Para David Ben-Gurion, por sua vez, líder do sionismo socialista e fundador do Partido Trabalhista, a inquietude da questão árabe⁵ se dava apenas pela perda de status quo e era inferior e empalidecida frente à questão judaica. A própria guerra de independência, para os pró-sionistas, foi descrita miticamente como a luta de Davi contra Golias. Já através da linguagem artística, em 1958 foi publicado o romance *Exodus* de Leon Udis, best-seller que narrava a guerra de independência como uma reação hostil dos árabes palestinos ao pedido judeu pela prioridade aos princípios da lei, da amizade e respeito aos seus direitos inegáveis. O livro ainda destacava que Israel seria o “melhor instrumento individual para tirar o povo árabe dos anos de obscuridade” (GAVIN, 2017, p. 157-158). O primeiro presidente de Israel, Chaim Weizmann, destacou feridas do “abandono” à Eretz Israel⁶, iterando que a região era inabitada.

⁴ O sionismo revisionista surge principalmente como uma oposição à forte influência que as ideias socialistas tinham dentro do movimento como um todo (Gavin, 2017, p. 95).

⁵ Mesmo que o nacionalismo palestino ainda fosse incipiente, líderes como Ben-Gurion o reafirmavam como apenas árabe.

⁶ A Eretz Israel seria toda a região da Palestina, a terra prometida aos judeus.

Para isso, era necessário conceber e então implantar um esquema para criar um conjunto de realidades – uma língua, uma rede de colônias, uma série de organizações – e transformar a Palestina de sua condição de “abandono” em um Estado judeu. Esse conjunto não só não atacaria as “realidades” existentes, como as ignoraria, cresceria ao lado delas e então as destruiria, do mesmo modo que uma floresta de grandes árvores destrói um pequeno amontoado de ervas daninhas. Uma necessidade ideológica essencial para esse programa era conseguir legitimidade, era dar a ele uma arqueologia e uma teleologia que o envolvesse completamente e, em certo sentido, tornasse obsoleta a cultura nativa, que continuava firmemente encravada na Palestina (SAID, 2012, p. 98).

Golda Meir, por sua vez, primeira-ministra de Israel entre 1969 e 1974 e também fundadora do Estado, abertamente expunha o desprezo à identidade em oposição na Palestina. Em mais de uma oportunidade, Meir ressaltou a não-existência de um povo palestino e iterou que era imperdoável que os árabes – também como se referia aos palestinos – fizessem com que Israel matasse suas crianças (MEIR In Yadid, 2015).

Menachem Begin, sexto primeiro ministro israelense, líder do partido *Likud* e negociador dos acordos de Camp David, ao defender o controle sobre a Cisjordânia e Gaza em 1981, reiterou que a Eretz Israel nunca seria dividida novamente ou entregue a alienígenas, referindo-se a cerca de 1,3 milhões de palestinos naquelas regiões à época. Benjamin Netanyahu, pouco mais de uma década depois e líder posterior do *Likud*, escreveu um livro no qual, a partir da perspectiva de Ze'ev Jabotinsky, se propunha a reescrever a história a fim de demonstrar que não foram os judeus que usurparam a terra dos árabes, mas os últimos que usurparam as terras dos judeus. Ainda para Netanyahu a questão Palestina era uma problemática manufaturada, artificial, portanto, os palestinos não teriam quaisquer direitos a uma nação (Shlaim, 2001, cap. 5). Em uma publicação no New York Times, o político chegou a comparar árabes à alemães nazistas e árabes-palestinos aos alemães do sudeto (NETANYAHU, 1993).

De certa forma, seguindo as linhas de alteridade produzidas e reproduzidas nos discursos supracitados, Ariel Sharon, 11º primeiro ministro israelense, além de ressaltar a superioridade do povo judeu, narrava o povo palestino como assassino e traçoeiro. Segundo Baruch Kimmerling, sociólogo e autor do livro *‘Politicide: Ariel Sharon’s War Against the Palestinians’*, o politicídio de Sharon seria um processo no qual o objetivo final seria a dissolução dos palestinos como entidade social, política e econômica legítima (SHLAIM, 2001).

Como visto a partir dos discursos de lideranças diversas do Estado de Israel e em outras linguagens que não a política unicamente, a identidade israelense é co-constitutiva em relação à identidade palestina e são empregados diversos esforços de diferenciação que, segundo Said (2012, p. 103) desumanizam os árabes, desde a visão de que os “palestinos não estavam lá,

eram selvagens ou ambos” e impregnam tudo na sociedade israelense. A alteridade é tudo aquilo que está fora da ordem e o “árabe expressava tudo que por definição estava fora, além” (SAID, 2012 p. 101). E, para além disto, a delimitação de fronteiras entre os judeus e árabes-nativos baseada também em termos étnicos socialmente construídos, era permeada por imprecisões, mas garantia uma categoria relacional de poder (JENKINS, 1997). Assim, os nativos da Palestina estavam, concomitantemente, fora e abaixo.

A própria afirmação de parte de sua identidade como ocidental e a alteridade como oriental foi construída através da busca por conhecimento, investigação do terreno palestino e dissecação dos hábitos e supostas essencialidades árabes nas décadas que precederam a instituição do Estado de Israel, com esforços antropológicos e geográficos, principalmente (PAPPÉ, 2016, p. 10-30). Ao se debruçarem no estudo e conhecimento do Oriente, os ditos ocidentais adquirem autoridade e poder sobre o objeto e, portanto, produzem uma subjetividade que descreve e essencializa ambos os espaços. Neste sentido, o poder produtivo constrói o Oriente e o árabe-palestino, por exemplo, como objetos irracionais, infantis, letárgicos, mentirosos, inveterados, e uma série de atributos negativos. O oriental passa a representar uma categoria com correspondência empírica, uma ontologia estável. Estes seriam, segundo Said (2016), regimes de verdades, produções discursivas que precisam ser reiterados por diversas instituições sociopolíticas para estabilizar seu significado. A durabilidade do orientalismo e outras faces da diferenciação identitária entre Israel e Palestina se dá, sobretudo, em função da capilaridade deste discurso possibilitando seu estabelecimento no senso comum.

Tradições e a reiteração da identidade e alteridade

A nação enunciada como antecedente e prerrogativa para a criação do Estado (CAMPBELL, 1992) é descrita por Anderson (2006) como uma comunidade política imaginada que, na verdade, é uma invenção recente que diz ter raízes anciãs. Os meios pelos quais a sua unidade estável é defendida culminam na articulação de perigos. Não obstante, assim como a diferenciação discursiva supracitada e delimitação de fronteiras identitárias, também é essencial a concepção e narração de tradições inventadas, como entendia Hobsbawm (1983).

De forma a embasar, legitimar e buscando a continuidade com o passado, Israel lança mão de um conjunto de práticas⁷, tradições (HOBSBAWM, 1983). A narrativa que perpassa a crença na nação judaica que permitiria a criação do Estado de Israel remonta à 2000 a.C. a partir de relatos bíblicos com a saída de Abraão “em direção à terra da Jordânia” (GAVIN, 2017, p.

⁷ Estas práticas podem ser tanto por regras quanto de natureza ritual ou simbólica.

180). As tradições inventadas e repetidas se estendiam ao sistema educacional israelense que segundo a Legislação Educacional do Estado foi desenhado para inculcar valores da cultura judaica, lealdade ao Estado e amor à terra natal (GAVIN, 2017, p. 190). A união nacional e estável era reforçada pela Lei do Retorno de 1955 que determinava que qualquer judeu é cidadão israelense por direito. No currículo escolar em voga até 1991 a disciplina de história começava com o Reino de Davi, tinha seu apogeu na “Guerra de Independência” e colocava o povo judeu como único que “permaneceu unido durante o exílio da Palestina” (GAVIN, 2017, p. 190). Dentre valores judaico-israelenses mais aclamados, como citado na seção anterior, estão aqueles considerados democráticos e ocidentais, mas segundo Said (2012, p. 95) “eles acreditavam na igualdade, mas para eles mesmos”.

A literatura infantil está repleta de judeus corajosos que sempre acabam matando árabes traiçoeiros e inferiores, batizados de Mastoul (Louco), Bandura (Tomate) ou Bukra (Amanhã). Como disse um jornalista do *Há-aretz*, em 20 de setembro de 1974, os livros infantir “tratam do nosso tema: o árabe que assassina judeus por prazer, e o garoto judeu puro que derrota ‘o canalha covarde!’”. Não são essas ideias entusiasmadas, limitadas a certos autores, que produzem livros para consumo em massa (...), essas ideias são consequência mais ou menos lógica das próprias instituições do Estado (...). (SAID, 2012, p. 104).

A muralha de ferro e a periculosidade da alteridade

It is time for Israel to rebuild the 'Iron Wall' that will once again convince the Arabs that neither military threats nor terrorism will weaken Israel's determination to protect the rights and freedom of Jewish people (Livnat apud Shlaim, 2001)⁸

Os esforços de diferenciação identitária acima expostos, assinalados ao longo dos setenta anos de Israel e na concepção e desenvolvimento de seu movimento nacional décadas antes, contudo, não se restringem apenas às fronteiras discursivas e físicas. Precisamente por serem caracterizados como selvagens, violentos, traidores, e, em suma, inferiores, os palestinos representavam ameaça tanto à criação do Estado e sua manutenção, quanto à identidade judaico-israelense e à conservação Eretz Israel. A partir dos entendimentos expostos por Campbell (1992) acerca de perigos nacionais e sua relação com a política externa, esta seção busca particularizar a periculosidade da alteridade palestina e suas consequências às políticas, tanto internas como externas, israelenses.

⁸ Chegou a hora de Israel reconstruir a Muralha de Ferro, que mais uma vez convencerá os árabes que nem as ameaças militares nem o terrorismo irão enfraquecer a determinação de Israel de proteger os direitos e a liberdade do povo judeu - Tradução própria.

A garantia de segurança pressupõe a mitigação ou inexistência de ameaças⁹. Tais ameaças, como chamadas por Campbell (1992), constituem perigos nacionais. Estas ameaças não necessariamente existem ou se dão nas proporções alegadas, mas são interpretadas e apresentadas como tal bem como a construção da identidade e alteridade são produções e reproduções, já que não há nada fora do discurso. Os palestinos, em particular, representam os mais variados tipos de perigo à Israel. A produção das ameaças aqui é a partir da existência de um outro modo de vida que desnaturaliza a identidade judaica como verdadeira. Em outras palavras, a segurança ansiada pelo Estado não se cerceia ao âmbito físico, mas também ao ontológico (MITZEN, 2006). A manutenção da oposição ferrenha à alteridade garante a totalidade do *self* estatal e, então, a instituição dos perigos nacionais e manutenção de conflitos paradoxalmente fornece segurança ontológica ao Estado (MITZEL, 2006, p. 342). Para além disto, o risco, por não ter relação objetiva com comportamentos e fatores que o identificaram como tal, é representado em termos de características criticadas na comunidade ameaçada. Concomitantemente, a alteridade palestina é descrita em termos rejeitados de forma semelhante.

No contexto pré-1948, os nativos da Palestina já apresentavam, principalmente para expoentes do movimento sionista, ameaças ao ambiente, à terra palestina propriamente dita. Chaim Wezmann em sua autobiografia, a título de exemplo, expõe teses sobre a terra da Palestina que teria sido coberta por pedras, pântanos e areia de modo que sua beleza só poderia ser revelada por aqueles que a amavam e dedicariam a própria vida a curar suas feridas (WEIZZMAN, 1959 apud Said, 2012). Os palestinos ao abandonarem e relegarem cuidados à terra estavam representando ameaças críveis e somente remediáveis pelo zelo que lhe seria dado pelos judeus.

Muito embora este perigo de cunho ambiental alegado expressasse parte da preocupação do movimento sionista, a representação numérica de palestinos, mesmo que negada em discursos abertos, era a ameaça mais grave à criação do Estado, e, como incessantemente reiterado, à população que comporia Israel. A partir de suas análises sobre os árabes da Palestina, Ze'ev Jabotinsky abonou que qualquer população indígena resistiria a colonos estrangeiros e que continuariam agindo com hostilidade enquanto tivessem esperanças de evitar que a Palestina virasse a Terra de Israel. Já o contato com a população cananea¹⁰ poderia ser danoso pela discrepância de moralidades dos judeus com sabedoria, moral, simplicidade e

⁹ Esta garantia de segurança, segundo Campbell (1992, p. 11-12), é impossível de ser atingida já que significaria o fim do Estado que depende das articulações de perigo para reiterar um status ontológico falacioso.

¹⁰ Muitos se referiam à população árabe-palestina como cananea, nativos de Canaã, antigo nome da região a Palestina.

justiça (MORDECAI apud Said, 2012) para com os árabes “destruidores impiedosos” (Kitchener apud Said, 2012), “brutalmente ignorantes, fanáticos e, acima de tudo, mentirosos inveterados” (CONDER apud Said, 2012) que ameaçaria a integridade tanto física quanto ética da nação judia¹¹.

As características, estereótipos e atribuição do que representaria todo palestino, árabe e cananeio, ou seja, a alteridade em relação ao judeu e, *a posteriori*, ao israelense, permitiu e impulsionou a sua associação às mais diversas ameaças em esferas diferentes, mas entrelaçadas. Assim, por meio de movimentos duradouros, reiterados, reproduzidos, a identidade palestina e todos os seus contornos perigosos, fora e tem sido lidada como uma questão relativa à segurança. Em outras palavras, a incumbência dos palestinos como perigo, no limite, à uma unidade estável do Estado de Israel legitima um tratamento excepcional para com os mesmos e a necessidade de lançar mão de meios para além do político para resolvê-lo. O fora e o inferior discursivos validam abordagens militares e violentas de política externa.

Dos primeiros movimentos teóricos direcionados a lidar com a ameaça palestina para além de sua mera descrição como tal, Ze’ev Jabotinsky despontou. Sua visão viria a ser redesenhada algumas vezes e é iterada nas últimas décadas embora ainda sob o uso da mesma metáfora. Jabotinsky em “*On the Iron Wall (We and the Arabs)*”, artigo de 1923, para que os árabes-palestinos não impedissem a formação do Estado de Israel dever-se-ia ser construída uma muralha de ferro de força militar judaica. Dadas as faculdades dos nativos da Palestina, o acordo nunca seria alcançado a não ser que lhes fosse demonstrada a invencibilidade militar (Shlaim, 2001). O Partido Trabalhista que foi proeminente na política israelense por mais de vinte anos, embora tenha relutado à necessidade de desenvolver o poderio militar, passou a crescentemente se fiar nas estratégias da muralha de ferro. Moshe Dayan e Ben-Gurion, por sua vez, convergiam em diversos pontos no que concerne à proteção de Israel

Dayan’s talk also shows how close he was to Ben-Gurion in his outlook on the Arab-Israeli conflict in general and on the utility of military force as an instrument of national policy in particular. This is hardly surprising, since both men were proponents of the philosophy of the iron wall. Both believed that the Arabs posed a continuing threat to Israel’s basic security, both implicitly accepted the notion that the end justified the means, and both regarded military force as only effective means of ensuring Israel’s survival (SHLAIM, 2001).¹²

¹¹ Aqui me refiro à nação judia, não em termos religiosos, mas apenas porque à época ainda não havia o Estado de Israel para nomeá-los como israelenses.

¹² A fala de Dayan também mostra o quão perto ele esteve de Ben-Gurion em sua visão do conflito árabe-israelense em geral e na utilidade da força militar como instrumento de política nacional em particular. Isso não é de surpreender, já que os dois homens eram defensores da filosofia da muralha de ferro. Ambos acreditavam que os árabes representavam uma ameaça contínua à segurança básica de Israel, ambos aceitavam implicitamente a noção

Não havia dissonância sobre o assunto na década de 70, à direita do Knesset. Em um manifesto, o partido Likud destacou o “direito” dos judeus a Eretz Israel, incluindo Judeia e Samaria, nomes bíblicos para a Cisjordânia, o que seria pré-requisito para a segurança, paz e soberania. Dever-se-ia ser evitada a quaisquer custos a implementação de um Estado Palestino o qual “threaten the security of the civilian population, endanger the existence of the State of Israel, and defea’t all prospects of peace” (LIKUD apud SHLAIM, 2001). Menachem Begin chegou a elucidar que a verdadeira função da IDF não era ir à guerra, mas deter os árabes de ir a uma e, dando um passo além, colocou a necessidade de incorporar líderes militares ao aparato político (SHLAIM, 2001). A valer, a gravidade da ameaça palestina requeria a institucionalização da excepcionalidade militar para lidar com ela.

Netanyahu em seu livro de 1993, *A Place Among Nations*, elevou ainda mais o calibre dado à necessidade de forças militares robustas. Apoiado na argumentação de fragilidade territorial, geoestratégica, de Israel, ele também destacou que era crível a manutenção da ocupação das colinas de Golã, originalmente da Síria, e das regiões a oeste do rio Jordão, designadas aos palestinos no documento de partilha da Palestina de 1947 pela ONU (UN General Assembly, 1947). Segundo ele: “To subdivide this land into two unstable, insecure nations, to try to defend what is indefensible, is to invite disaster. Carving Judea and Samaria out of Israel means carving up Israel” (NETANYAHU, 1993 apud SHLAIM, 2001). A defesa e segurança de Israel supera o direito palestino de formar um Estado próprio já que isto implicaria na potencialização do perigo. Enquanto Jabotinsky via o poder militar como intermédio para a formação e proteção do Estado, Netda pazanyahu o via tanto como meio para a segurança quanto como um meio em si mesmo. Foi alicerçado nestes princípios que os acordos de Oslo não foram mantidos, já que quaisquer ganhos para a ameaça palestina implicariam na perda de segurança de Israel, principalmente na leitura do Likud (SHLAIM, 2001). Ariel Sharon, por sua vez, frisava o caráter frágil e vulnerável de Israel e se dedicava na concretização da muralha de ferro, ou seja, na construção do poder militar israelense enquanto rejeitava quaisquer possibilidades de acordo de paz com os palestinos. Segundo Shlaim (2001), a estratégia de Sharon era utilizar o poderio militar esmagador de Israel para impor seus termos aos árabes-palestinos motivado pela segurança e liberdade de ação unilateral.

de que o fim justificava os meios, e ambos consideravam a força militar apenas como meio efetivo de garantir a sobrevivência de Israel – Tradução própria.

A necessidade de lidar com a ameaça palestina como exposto acima por meios além do político, como explicitado pela metáfora da muralha de ferro, determinou o desenvolvimento inimaginável das forças militares israelenses. Israel Defence Forces (IDF), fundada em 1948, define como seus objetivos a garantia de segurança, defesa da soberania e integridade territorial do Estado contra seus inimigos. Dentre as ameaças à unidade de Israel, a palestina se sobressai tanto descrita de forma geral quanto no contexto político atual da Faixa de Gaza, onde o Hamas fora eleito para o governo da região, muito embora não haja descrições elaboradas e estatísticas disponíveis¹³ (IDF, sd). Israel desponta tanto na produção militar quanto na inovação tecnológica neste setor e exportação destes aperfeiçoamentos, além de ser aliado estratégico dos Estados Unidos, o que implica orçamentos extra para suas forças militares. A relação de Israel com a segurança em relação às ameaças árabe-palestinas é descrita por Gideon Levy como um “dogma que molda a vida dos israelenses”. Da mesma forma, a despeito de ter uma população pequena em relação ao resto do mundo, seu orçamento de defesa é de duas a seis vezes superior ao de outros Estados industrializados (LEVY, 2016).

Construída a fortaleza do Estado de Israel em relação ao perigo palestino, as próprias construções identitárias e suas características associadas são reproduzidas e reforçadas.

(...) os judeus são imbuídos de um sentimento de superioridade; os palestinos, de um sentimento de inferioridade ou periculosidade. (...). Os controles intermináveis atormentam diariamente cidadãos amansados pelo medo de um atentado. Insidiosamente, moldam-se estereótipos, exacerbam-se preconceitos, que se cristalizam em racismo (LEVY, 2016).

“Minha casa não está nesse lugar”: em nome da segurança, o excepcional

A consequência da atribuição de perigo à alteridade não se restringe ao reforço dos aspectos a ela atribuídos. O estabelecimento dos palestinos como perigo implica em corolários para a política externa israelense. Mesmo que haja milhares de palestinos sob a jurisdição israelense, à revelia de determinações internacionais, a sua diferenciação identitária e o estabelecimento discursivo dos palestinos como de fora e inferiores, justificam seu tratamento como externos pelo governo israelense¹⁴. Em outras palavras, a designação dos palestinos como alteridade ameaçadora permite seu tratamento fora da esfera política, que, no limite, legitima ações violentas e supressoras. No arranjo privilegiado do sistema internacional, com o apoio da

¹³ No site da IDF, ao acessar a aba “Palestinian Terror”, por exemplo, só estão disponíveis artigos e manuais para a proteção contra ataques terroristas e infografos em imagens de origem do *Whatsapp*.

¹⁴ Inclusive, esforços são mantidos para fisicamente mantê-los fora – como, por exemplo, a não incorporação jurídica como cidadãos.

comunidade internacional em 1948 e posteriormente com o monopólio do uso da força e a representação como Estado, Israel está na posição de poder de determinar aqueles que requerem segurança. Concomitantemente, é árbitro para a especificar quais são as ameaças, movimento que não necessariamente tem ligação objetiva com a realidade, mas é fruto de interpretações. Toda a construção, produção e reprodução identitária e designação do perigo nacional palestino nas seções anteriores do artigo em questão são elementos-chave para entender a repercussão pífia dos eventos a seguir expostos e a sucessão de silenciamentos setenta anos após a Al-Nakba.

Da tragédia de 1948 ao desenho fronteiriço arbitrário

Ilan Pappé (2016) historiador israelense que teve acesso a arquivos oficiais do Estado de Israel, reexaminou-os e desenvolveu seu entendimento da expulsão deliberada de palestinos como limpeza étnica¹⁵. A fronteira identitária entre judeus e os nativos da Palestina era tão iterada que havia a urgência de separá-los por fronteiras físicas. Se a Eretz Israel era direito inalienável dos judeus, os palestinos deveriam ser expulsos e relegados para um fora além do discurso e, assim, eram claramente exteriorizados os ímpetus por um Estado exclusivamente judeu.

De fato, para muitos sionistas, a Palestina nem mesmo era uma terra “ocupada” (...), mas uma terra “vazia”: os nativos palestinos que ali viviam eram-lhes um tanto invisíveis, ou eram ainda mais uma dessas agruras da natureza que, como tal, deveriam ser conquistados ou removidos. Nada – rochas ou palestinos – poderia ficar no caminho da “redenção” nacional da terra que o movimento sionista cobiçava (PAPPÉ, 2016, p. 31).

Enquanto silenciamento, a expulsão de mais de 750 mil palestinos durante a guerra de 1948 é, até hodiernamente, exposta como transmissão voluntária. Segundo o entendimento das Nações Unidas, a limpeza étnica representa a tentativa de tornar um território etnicamente homogêneo usando força ou intimidação para remover pessoas de determinado grupo da região, fazendo parte de uma política intencional, projetada por um grupo étnico ou religioso para remover por meios violentos e inspiradores de terror à população civil do outro grupo (UN, s.d.).

O planejamento político estruturado dos processos de expulsão dos palestinos teve como alguns de seus arquitetos David Ben-Gurion, Moshe Dayan e Yitzhak Rabin e era inaugurado com esforços de inteligência de terreno ou orientalismo, na perspectiva de Said (2016). Além

¹⁵ Os estudos acerca da limpeza étnica renderam a Pappé a demissão da Universidade de Haifa, condenação pelo Knesset e ameaças de morte levando-o a exilar-se na Inglaterra.

dos empreendimentos milimétricos de registro e conhecimento afundo do terreno e seus nativos¹⁶, havia preparações militares principalmente a partir da Haganá, organização paramilitar da comunidade judaica na Palestina que auxiliou os britânicos na contenção da Revolta Árabe de 1936. Todo o conhecimento coletado visava apurar como melhor atacar os vilarejos árabes-palestinos. A finalização de um plano mestre, como chamado por Pappé (2016, Cap. 4), tem seu ápice no desenho do Plano Dalet que expressava caminhos pertinentes para garantir a instauração do Estado de Israel

Seja destruindo vilarejos (ao tocar fogo neles, ou explodi-los, e plantar minas nos escombros), e especialmente naqueles centros povoados que são difíceis de controlar de maneira permanente; seja montando operações de pente fino e controle de acordo com as seguintes diretrizes: cerco de vilarejos, condução de buscas neles. Em caso de resistência, as forças armadas devem ser exterminadas e a população, expulsa além das fronteiras do estado (Plano DALET apud PAPPÉ, 2016).

Mesmo que durante um curto período, o processo que se seguiu permite uma melhor compreensão da designação da guerra de 1948 como Al-Nakba por parte dos árabes-palestinos. Cidades como Haifa, Safad, Acre, Nazaré, Tiberíades e Jaffa foram esvaziadas, ou, “desarabizadas” tanto pelos cercos, bombardeios, fuzilamentos da população desarmada quanto por sua retirada compulsória em função do terror que se instaurou. A própria fuga atormentada da região levou a mortes por atropelamento e afogamento (PAPPÉ, 2016). À revelia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, paradoxalmente redigida também em 1948 e ratificada por Israel, sobreviventes da primeira guerra árabe-israelense que, ao deixar a região, tornaram-se refugiados são há setenta anos, impedidos de retornar às suas antigas cidades e vilarejos. O Artigo 13 da Declaração itera que:

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar (ONU, 1948).

Ainda em 1948, a Resolução 194 que ratificava o direito dos palestinos de retornar a suas casas e propriedades foi aprovada e, desde então, fora reiterada por volta de vinte e oito vezes (SAID, 2012).

No entanto, em nome da segurança e o perigo palestino ao Estado de Israel e sua nação, a excepcionalidade de ir na contramão do direito internacional é legitimada. Seguindo a praxe de negligenciar diretrizes da sociedade internacional, após a Guerra dos Seis Dias em 1967, em

¹⁶ Este processo era auxiliado por cartógrafos e fotógrafos profissionais.

nome da segurança e afastando-se do plano de partilha, Israel ocupa a península do Sinai, as colinas de Golã, a Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental e Cisjordânia (Scalercio, 2003). Neste enquadramento, as forças israelenses se retiraram apenas do Egito, enquanto incorporaram em um plano de divisão dúbio com a OLP, a Cisjordânia, anexaram Golã e Jerusalém Oriental e mantém Gaza sob cerco. A Resolução 242 da ONU, do mesmo ano, a qual determinava que o Estado israelense se retirasse dos territórios ocupados permanece desconsiderada.

Nakbas e silenciamentos ininterruptos

Embora a Nakba seja associada ao momento datado de criação do Estado de Israel e à limpeza étnica, a sensação de tragédia se faz presente ainda setenta anos depois. A população palestina nos territórios ocupados por Israel e na Faixa de Gaza é, através do discurso, reiterada como ameaça ao Estado, usualmente associada ao terrorismo¹⁷. Sua existência e resistência, símbolos de um perigo existencial, como é narrado, escusam violações diárias. Para a narrativa em posição privilegiada, uma população mitigada numérica, territorialmente e político-institucionalmente continua a ameaçar um Estado com um dos maiores poderios bélicos do mundo e sua identidade correspondente. A construção interpretativa da ameaça, todavia, exprime a inconsistência entre o discurso e os eventos que a constituem como tal. Um estudo da ONG B'Tselem focado no ciclo de assassinatos constatou que em 79% dos casos, palestinos haviam sido mortos por israelenses antes de haver reação. Entre 2000 e 2014 mais de sete mil palestinos foram mortos frente a pouco mais de mil israelenses (Visualizing Palestine, s.d.). Neste sentido, a defesa da desproporcionalidade nas respostas a ações violentas é acompanhada tanto nas interpretações mais incisivas da muralha de ferro quanto nos números supracitados, em um movimento que objetiva não a punição, mas aterrorizar e direcionar mensagens políticas (NASR, 2010). No jogo de representações em questão o valor das vidas perdidas varia de acordo com a moralidade atribuída às identidades.

Uma das estratégias utilizadas com mais intensidade para ampliar o domínio sobre a Cisjordânia no pós-1967 foram os assentamentos, espécies de bairros com autodenominados colonos israelenses. Embates entre colonos e suas pretensões de erguer e manter assentamentos e palestinos são recorrentes. No entanto, a postura das forças de defesa de Israel (IDF) frente a estes atos criminosos é impertinente, pouco fazem para impedi-los em alguns casos, em outros, os encorajam. A implementação de assentamentos e a conduta dos ditos colonos quase sempre sai impune. Segundo organizações de direitos humanos, no entanto, o cotidiano dos palestinos

¹⁷ Termo pejorativo, por excelência.

é marcado por abusos verbais e espancamentos tanto pelos colonos, quanto pelos guardas dos assentamentos e pela IDF. Da mesma forma, colonos usualmente usurpam terras agrícolas dos palestinos (NASR, 2010). Também é habitual a prática de demolição de lares¹⁸ pela IDF, tanto na Faixa de Gaza quanto na Cisjordânia, sob a prerrogativa de suspeita de terrorismo, sem avisos prévios, desprovido de meios de reparação. A política de demolição é, segundo Nasc (2010), desproporcional, ilegal e constitui punição coletiva. Desde 1967, o governo israelense destruiu mais de 25.000 casas nas regiões supracitadas o que implicou no deslocamento interno de cerca de 160.000 palestinos (B'TSELEM, sd).



Figura 1: Palestine Shrinking/Expanding Israel

Fonte: Visualizing Palestine

Na região à oeste do Rio Jordão, o movimento dos palestinos é controlado excessivamente através de postos de controle, especialmente por consequência das divisões de jurisdição militar e política após os acordos de Oslo. Nestes *checkpoints*, os palestinos podem ser submetidos também a abusos verbais ou físicos, e, nos melhores cenários, permanecem em filas por horas a fio sem a certeza de que conseguirão chegar ao trabalho, escola ou hospitais. A impunidade de casos mais graves de supressões de direitos humanos nos *checkpoints* transmite aos soldados que o abuso para com os palestinos é um meio aceitável para controla-

¹⁸ Em razão de deficiências tanto espaciais quanto econômicas e entraves israelenses para novas construções, os lares palestinos raramente são compostos apenas por uma família.

los. No ambiente prisional, por sua vez, a tortura é usual para os presos palestinos. Sob tutela da IDF há espancamentos, xingamentos, por vezes em árabe, procedimentos humilhantes e negação das necessidades básicas, incluindo privação do sono por mais de 24 horas, dificuldades de defesa daqueles que foram encarcerados apenas sob suspeitas¹⁹ (NASR, 2010). Ao fim de 2017, 350 crianças palestinas estavam encarceradas em prisões israelenses (Visualizing Palestine, s.d.).

A IDF, mesmo contrariando a lei internacional e doméstica de Israel, de forma não exaustiva, faz uso de escudos humanos como proteção para soldados que realizam buscas em casas ou operações congêneres, o que é estritamente proibido pela Quarta Convenção de Genebra. Os civis palestinos podem ser obrigados a entrar em edifícios para que os militares não sejam atingidos por possíveis armadilhas, por exemplo.

A Faixa de Gaza, por sua vez, além de concentrar uma das maiores densidades populacionais do mundo, com mais de dois milhões de habitantes, e sua maioria palestina ser proibida de sair da Faixa, exceto em casos extremos, tem 95% da água como inapropriada para o consumo (Visualizing Palestine, s.d.). Ao mesmo tempo que o acesso a água na Cisjordânia também é precário, quando assentamentos israelenses são construídos, estes recebem infraestrutura aquífera pelo governo israelense. E, enquanto estruturalmente este mesmo governo suprime os direitos inalienáveis à todos os seres humanos em nome da segurança estatal, Benjamin Netanyahu, em 2001, enquanto não sabia que estava sendo filmado, dois anos após deixar o cargo de primeiro-ministro, ao falar com uma família do assentamento Ofra na Cisjordânia, afirmou que quando se tratava dos palestinos era necessário “beat them up, not once but repeatedly; beat them up so it hurts badly, until it is unbearable” (Netanyahu In Shlaim, 2001). Não dever-se-ia ser surpreendente, levando em conta todos os alicerces da relação Israel-Palestina aqui expostos, que a morte de um bebê de dezoito meses queimado em ataques de colonos à palestinos seja comemorada com cantos afirmando “Ali is on the grill!” (MONDOWEISS, 2018).

Baseada na diferenciação identitária, atribuição da periculosidade ao palestino e em nome da garantia à segurança tanto física quanto ontológica do Estado de Israel, é inteligível a formação de um sistema intitulado *Hafrada*²⁰ associado ao regime de *apartheid* executado na África do Sul. O palestino, inferior, seja na Cisjordânia, em Gaza ou como morador de Israel é separado territorialmente dos colonos e da população israelense. Esta segregação espacial é

¹⁹ É considerado suspeita legítima pelo Estado ser apenas amigo ou parente de algum outro suspeito de envolvimento em crimes.

²⁰ Termo originário do hebreu, significa separação ou segregação.

levada a cabo por redes de muros, considerados ilegais pelo direito internacional, e que tem como seu maior emblema a muralha da Cisjordânia, com cerca de 760km de extensão. O critério essencial de separação, portanto, é étnico-racial. Estão da mesma forma inclusos neste sistema de exceção, a apropriação das terras de refugiados ao Estado de Israel e posterior repasse exclusivo à assentamentos, determinado por lei em 1950. Para além disto, desde 1982 a carteira de identidade, a partir dos 16 anos, é obrigatória e esta é utilizada como forma de identificar a etnia de seu portador. Em suma, ainda que sob o julgo do mesmo governo, os palestinos institucionalmente não detêm todos os direitos associados à cidadania israelense. O poema de Mahmoud Darwish expressa o caráter racializado reiterado cotidianamente

Write down: / I am an Arab. (...) / My address: An unarmed village – forgotten
– / Whose streets are nameless, / And all its men are in the field and quarry /
Are you angry? (DARWISH)²¹

Considerações finais

As ininterruptas violações perpetradas à população palestina, se à parte de cenários de conflitos declarados ou grandes revoltas, não ganham capilaridade nas grandes mídias internacionais. A dispersa repercussão dos direitos humanos cotidianamente maculados e do cenário de segregação assentem à impunidade do Estado de Israel e de suas forças de defesa, principalmente. Para além de eventos individuais, o discurso iterado há mais de sete décadas acerca dos palestinos permite a aquiescência ao intolerável que não é particular, mas institucionalizado.

A legitimidade de Israel, bem como de todos os Estados, se encontra na afirmação de uma identidade prévia, nacional, que, no limite, não é essencial ou fixa. Então, de forma a delinear-la, é primordial a separação fronteiriça entre o *self* israelense e o “outro” palestino. O primeiro detém dos mais variados atributos considerados positivos, o enclave democrático no Oriente Médio. Já o segundo, compila a barbaridade, violência, ignorância e, portanto, representa uma ameaça ao projeto Ocidental no Oriente. Por meio de inúmeros esforços discursivos tanto de lideranças políticas quanto por movimentos sociais²², o palestino é

²¹ Escreva: / Eu sou um árabe / (...) / Meu endereço: uma vila desarmada – esquecida – cujas ruas não têm nome / E todos os seus homens estão no campo e na pedreira / Você está com raiva? – Tradução própria.

²² Urge ressaltar que diversos movimentos e setores sociais israelenses não reproduzem o discurso oficial para com os palestinos. Há diversas organizações, como, por exemplo, B'Tselem (The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories) que coletam habitualmente dados acerca das violações a palestinos, muitos dos quais auxiliam os recursos visuais produzidos pelo portfólio Visualizing Palestine. Ainda assim, o discurso hegemônico ecoa e gera danos ininterruptos aos palestinos.

construído como ameaça ao Estado de Israel e aos seus cidadãos, seriam aqueles que nunca aceitariam a instituição da unidade israelense e, então, lançariam mão invariavelmente da violência. Como exposto por Campbell (1992), a construção da alteridade como ameaçadora não necessariamente tem relação objetiva com eventos, o que elucida os dados supracitados que expõem a maior mortalidade de palestinos em relação a israelenses e menor engajamento em primeiros embates.

A periculosidade atribuída à alteridade palestina se expressa tanto em face à segurança física dos cidadãos israelenses e integridade territorial de Israel quanto à imprescindível segurança ontológica. A mera existência e afirmação, mesmo que pífia, de palestinos no território dito israelense e de suas mobilizações mundo afora é o bastante para ameaçar o *self* do Estado e o co-constituir. Paradoxalmente, no entanto, como averiguado por Mitzen (2006), a manutenção de conflitos, como o Israel-Palestina acaba fornecendo segurança ontológica ao Estado, conferem estabilidade à sua identidade. A iteração da nação israelense e sua oposição à alteridade palestina, permeia as mais diversas tradições pela sociedade israelense, seja por livros escolares ou por filmes e livros famosos.

A adversidade da reprodução do discurso que desumaniza o outro é a anuência que este fornece acerca do tratamento do palestino. A repetição discursiva do palestino como ameaçador e perigo nacional é um dos elementos primordiais para o forte desenvolvimento das forças militares de Israel, tanto em capacitação humana quanto na produção de tecnologias de controle. O ideal de muralha de ferro de Jabotinsky, por sua vez, perpassa o imaginário israelense e alimenta a urgência de garantir a integridade de Israel através do militarismo e desproporcionalidade de forças. Assim, o aparato repressivo israelense tem se direcionado por sete décadas à sua ameaça existencial, perigo nacional, a alteridade palestina.

A institucionalização dos silenciamentos além de marcada pelas fronteiras entre o “eu”, israelense e o “outro”, palestino, é salientada por dicotomias ímpares e dissonantes. Enquanto o direito de retorno dos palestinos é suprimido há setenta anos, à revelia do direito internacional, todo judeu tem o direito de imigrar para Israel²³. Ao mesmo tempo que o Estado de Israel e seus líderes se afirmam como a única democracia do Oriente Médio, ou, o Ocidente no Oriente e, portanto, defensores da liberdade, igualdade e primazia do direito²⁴; a identidade ameaçadora palestina e perversa não está em patamares dignos da igualdade. O perigo e ameaça que os palestinos engendram à segurança da moralidade e territorialidade de Israel são ratificadores de

²³ Determinação da Lei do Retorno de 1950 (Gavin, 2017, p. 199).

²⁴ Valores e diretrizes associados ao Ocidente, embora com muitos questionamentos.

quaisquer meios para detê-los na política externa, co-constitutiva e reprodutora da identidade e alteridade. Os palestinos, portanto, à revelia do direito internacional e desprovidos de olhares analíticos mais atentos, resistem há sete décadas às tentativas de silenciamento, expulsão e supressão de sua identidade, a alteridade de Israel.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, B. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso, 2006.

B'TSELEM. Disponível em: < <https://www.btselem.org/>>. Acesso em: 20 out 2018.

BUNCOME, A. Benjamin Netanyahu praises Israeli troops day after they 'kill 16 Palestinian protesters' in border clashes. **Independent**. Disponível em < <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/benjamin-netanyahu-praises-israel-army-palestinians-dead-gaza-clashes-a8283311.html>>. Acesso em 26 jun. 2018.

CAMPBELL, D. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

DARWISH, M. **ID Card**. Disponível em: < <https://www.wrmea.org/017-november-december/id-card-by-mahmoud-darwish%E2%80%94a-translation-and-commentary.html>>. Acesso em: 20 out 2018.

GAVIN, J. L. **Israel x Palestina: 100 anos de guerra**. Ed 1. São Paulo: Edipro, 2017.

HOBBSAWM, E. **The Invention of Traditions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

JENKINS, R. **Rethinking Ethnicity: Argument and Explorations**. Londres: SAGE Publications, 1997.

LEVY, G. Israel e a religião da segurança. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ed. 111, outubro de 2016. Disponível em < <https://diplomatique.org.br/israel-e-a-religiao-da-seguranca/>>. Acesso em 24 jun. 2018.

MITZEN, J. Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma. **European Journal of International Relations**. Vol. 12, No. 3, p. 341-370, 2006.

NASR, S. Israel's other terrorism challenge. In: JACKSON, R.; MURPHY, E.; POYNTING, S. (Ed.). **Contemporary State Terrorism**. New York: Routledge, 2010. p. 68-85.

NETANYAHU, B. **A Durable Peace: Israel and its Place Among the Nations**. New York: Warner Books Inc., 2000.

__. Peace In Our Time? **The New York Times**, 1993. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1993/09/05/opinion/peace-in-our-time.html>>. Acesso em 3 jul. 2018.

OFIR, J. 'Ali is on the grill!' Israeli settlers celebrate burning of Palesinian baby. **Mondoweiss**, 21 jun. 2018. Disponível em: <<http://mondoweiss.net/2018/06/settlers-celebrate-palestinian/>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. GENERAL ASSEMBLY. **A/RES/181(II): Future government of Palestine**, 29 november 1947. Disponível em: <<https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/7F0AF2BD897689B785256C330061D253>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

__. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

__. **Uso da força contra manifestantes palestinos em Gaza foi 'totalmente desproporcional'**, diz ONU. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/uso-da-forca-contramanifestantes-palestinos-em-gaza-foi-totalmente-desproporcional-diz-onu/>>. Acesso em 28 jun. 2018.

__. **Definition: Ethnic Cleansing**. ONU website, s.d. Disponível em: <<http://www.un.org/en/genocideprevention/ethnic-cleansing.html>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

PAPPÉ, I. **A Limpeza Étnica da Palestina**. São Paulo: Editora Sudermann, 2016.

SAID, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

__. **A Questão Palestina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SCALERCIO, M. **Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SHLAIM, A. **The Iron Wall: Israel and the Arab World**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

VISUALIZING PALESTINE. **Visuals**. Disponível em: <<https://visualizingpalestine.org/visuals/http-visualizingpalestine-org-visuals-shrinking-palestine-static>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

YADID, J. Israel's Iron Lady Unfiltered: 17 Golda Meir Quotes on Her 117th Birthday. **Haaretz**, 3 mai. 2015. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/.premium-17-golda-meir-quotes-on-her-117th-birthday-1.5356683>>. Acesso em 26 jun. 2018.